

COMO APRENDER, COM QUEM APRENDER

Sobre as considerações de Raul Villa¹ a respeito da luta por "Direitos Democráticos"

Ernesto Martins²

Estou em situação meio incômoda. Tenho que entrar num debate público, desencadeado por uma carta pessoal. Em agosto do ano passado escrevi ao companheiro RV, transmitindo-lhe uma série de críticas e dúvidas sobre a linha política do MIR chileno, depois do golpe militar. Dirigi essa carta a ele justamente por considerá-lo mais qualificado, em virtude da sua dupla experiência, colhida tanto no Brasil como no Chile, para responder as minhas dúvidas. Isso não se deu. A carta, como tal, nunca foi respondida. Em troca, RV veio a público, no início deste ano, com um documento intitulado "*Sobre as Considerações do Companheiro EM*, a respeito da linha política do MIR*", que antes de representar uma contribuição para um debate objetivo dos problemas levantados, constitui uma polêmica em torno de posições já definidas e fechadas. Tenho de seguir, portanto, o terreno escolhido por RV, mas quero deixar claro que muitas das formulações da carta, reproduzidas por RV no seu documento, não eram destinadas à divulgação. Mesmo o simples fato da solidariedade com os companheiros do MIR, organização cujo papel durante os anos críticos do governo da Unidade Popular sabemos avaliar, evitaria que tomássemos uma posição pública, que pudesse ser interpretada como um ataque frontal e fornecer munição aos seus críticos da direita, lá e cá.

Em primeiro lugar, tenho que defender-me de certos recursos polêmicos, dos quais RV lança mão no seu documento. Quando, entre outras, manifestei a minha surpresa com o "*baixo nível das definições dos regimes com os quais tinham ou têm de lidar*", referi-me concretamente ao documento do MIR "La Dictadura Gorila en Chile y Ia Tactica de los Revolucionários" que formula as suas posições depois do golpe militar, salientando ainda que "*representa um passo atrás em relação às análises anteriores*". Passando por cima desta segunda parte da observação, RV pretende dar a impressão de que eu teria dado uma avaliação geral do MIR - o que lhe permite mostrar-se extremamente indignado e essa indignação não para até o fim de seu trabalho:

"Pois na verdade — declara logo na primeira página — minha opinião é que o rigor atingido pelo MIR na definição dos regimes (da formação social chilena), de cada governo (UP, Frei, Junta Militar), de cada composição de força, de cada tendência e de cada período ou conjuntura, é algo inusitado em nossa esquerda revolucionária".

Para provar o rigor atingido no referido documento, RV acusa-me de ter "truncado" uma citação. Trata-se da seguinte:

"A UP (Unidade Popular) constituiu um governo pequeno-burguês de esquerda, expressão de uma aliança entre restos burgueses de um velho bloco histórico dominante (fração do PS), o reformismo operário (PC) e o centrismo de esquerda (PS - MAPU). Sua base social de apoio foi constituída inicialmente por um amplo movimento (que incluía importantes setores da pequena burguesia, da classe operária e de pobres do campo e da

¹ Raul Villa: pseudônimo utilizado por Eder Sader em seus escritos políticos nas décadas de 60/70. O autor foi fundador e dirigente da organização ORM - Política Operária até se exilar no Chile após o Ato Institucional Nº. 5.

² Ernesto Martins, um dos pseudônimos utilizados por Eric Sachs, dirigente e principal formulador político da ORM - Política Operária.

cidade). O projeto político da UP foi em essência e prática o modelo reformista".

Grifei aqui a parte por mim citada na carta, onde deixei reticências para o resto. Tinha feito esta citação parcial, justamente por tratar-se de uma carta, cujo destinatário estava de posse do documento. O que pretendi chamar a atenção do companheiro RV, entretanto, é que essa definição sumária de maneira nenhuma pode esgotar o caráter e a significação do governo da UP. Tampouco me parece que a "aliança entre os restos burgueses de um velho bloco histórico", o Partido Radical de um lado e o movimento operário reformista e centrista, era o seu traço mais saliente. O "velho bloco histórico" seria justamente no caso a coligação entre um partido da burguesia chilena, o PR, com o movimento operário, que se deu mais nitidamente sob a "Frente Popular".

O paralelo me parece falho. Durante a época da Frente Popular o Partido Radical era um dos partidos da classe dominante chilena, que se apoiava em largos setores da classe média. Este papel já tinha perdido na época da UP. Desgastou-se e teve de ceder este lugar à Democracia Cristã. Dentro da UP, onde teve um papel secundário, não representou mais a classe dominante e sim camadas restritas da pequena burguesia as quais ainda conseguiu manter sob sua influência. Ao mesmo tempo refletiu a situação dessas camadas pequeno-burguesas, quando se cindiu no decorrer do aguçamento das contradições de classe. A ala direita abandonou a UP e a ala esquerda declarou-se "marxista".

Isso significa que, em termos de apoio social, a composição do governo da UP era diferente. A classe dominante não estava mais representada - pelo menos até a inclusão dos militares no governo. Até aí o governo se apoiava de fato na classe operária, em trabalhadores rurais e camadas pequeno-burguesas urbanas. Foi o que permitiu (e obrigou) a Unidade Popular a lançar-se à luta com um programa socialista. O reformismo se manifestou, antes de tudo, nos métodos para realizar o fim proposto.

Por isso achamos que o governo da UP — estamos nos referindo sempre à sua primeira fase, sem os militares — se aproxima do tipo de Governo de Transição, que na Internacional leninista foi caracterizado como "Governo Operário e Camponês", isto é, um governo formado contra a vontade da classe dominante, sustentado pela classe operária e seus aliados que, todavia ainda não deram o passo decisivo para a conquista do poder e a conseqüente transformação qualitativa da sociedade. Não nos consta que o MIR tenha encarado do ponto de vista **teórico** a questão desse ângulo (pelo menos não vimos documento ou debate nesse sentido). Na prática porém, agiu conforme as necessidades decorrentes da situação. Seu apoio crítico dado ao governo, de fora, resguardando ao mesmo tempo sua absoluta liberdade de crítica, foi a atitude mais conseqüente que podia tomar nas condições concretas do surgimento do Governo de Transição no Chile.

Todos esses problemas se perdem simplesmente na citada definição do recente documento do MIR. Por isso achei "um passo atrás em relação às análises anteriores". Não dispomos de material original do MIR, da época, para poder fazer uma comparação, mas podemos lançar mão da autoridade do companheiro RV para nos tornarmos mais claros, se não o fomos. Pouco depois da posse de Allende, RV escreveu um artigo, no qual se preocupa justamente com este aspecto da questão. No seu "Chile entre a Legalidade Burguesa e a Revolução Socialista"¹, afirma ainda: "E o Partido Radical, organização da classe média que é a esperança da moderação no governo, permaneceu com apenas 8% dos votos, revelando ser uma força secundária dentro da UP".

E em seguida declara:

¹ O artigo circulou no Brasil em edição mimeografada em 1971, após a posse de Allende. Foi incluído na coletânea "A Transição para o Poder na Tradição Marxista", CEPAS, Salvador-BA, outubro de 1989.

*"Já o reformismo desse programa não é o reformismo reboquista típico dos PC's do continente. O fato do PC e PS serem partidos de forte composição operária, de terem de competir pela liderança de uma classe com grandes tradições de luta e ampla organização sindical, de terem de combater a alternativa reformista burguesa que atingiu o poder com a DC, levou-os a um programa mais marcadamente **anticapitalista**, que contrasta com as idealizações pró-burguesas de um PC brasileiro ou argentino, por exemplo".*

Mais adiante verifica que:

"Se o programa da UP fosse julgado apenas por essa parte (análise da situação geral e caráter das grandes transformações econômicas) não hesitaríamos em chamá-lo de revolucionário, perdendo indefinições populistas que pontilham o documento. Mas o caráter reformista do programa é afirmado fundamentalmente pela sua estratégia quanto ao poder político".

Essas poucas citações do artigo de RV, que chegou a ser traduzido para o francês e o alemão (Lês Temps Modernes n. 310, maio de 1972, Paris; Probleme des Klassenkampfes n. 3, maio de 1972, Berlim) e que na época representou de fato um dos poucos trabalhos informativos dos problemas chilenos publicados na Europa, mostram que naquela época, pelo menos, o seu autor não se satisfiz com lugares comuns sobre "blocos históricos" e "reformismo".

Outra onda de indignação foi desencadeada por uma crítica minha à afirmação sumária do documento, no sentido que o Gabinete UP-generais tenha sido "imposto por uma fração burguesa (o freiismo)".

Não acho que se trata de um problema fundamental; tais divergências de interpretação ainda não provocariam contendas maiores entre revolucionários. Achei a formulação simplesmente leviana e sintomática para o nível geral do documento. O companheiro RV, no seu afã de defender a invulnerabilidade do texto todo, faz preceder os seus argumentos (ou já é argumento) de memorável exclamação: *"Me espanta sim a segurança com que o companheiro, a milhares de quilômetros de distância, estabelece que 'evidentemente' o gabinete UP-generais 'não foi imposto pela fração burguesa'".*

Deixado claro, assim, a minha pretensão descabida, prossegue a argumentação dizendo: Primeiro, a entrada dos generais foi reivindicação da DC para a) segurá-lo por dentro e b) obrigá-lo a se opor ao processo embrionário de criação de um duplo poder, que se desenvolvia em 1972. Segundo, Allende resolveu ceder à pressão democrata-cristã, mas através da promoção de oficiais "legalistas" e sem um acordo direto com a DC.

O companheiro que me permita dizer que essa argumentação não convence, apesar das fontes literárias citadas, pois ela se choca com fatos. Mesmo a milhares de quilômetros de distância chegamos a perceber que a formação do governo UP-generais foi resultado do boicote dos caminhoneiros, fato que nem sequer entra no seu esquema apresentado. Esse boicote, que conseguiu levar em 1972 a vida econômica do Chile à beira do caos, representou o primeiro auge de uma campanha de pressão, levada avante por toda a classe dominante chilena - e não só por uma fração - contra o governo da UP.

A classe dominante chilena estava dividida, no sentido que a sua maioria ainda acreditava poder derrubar o governo dos trabalhadores mediante a tática do estrangulamento econômico. Mas a fração mais radical, que já então não confiava nesses métodos, nem por isso deixava de apoiar eficientemente o boicote e chegou a liderá-lo. O afamado líder do boicote, Leon Vilarín, foi expoente político da extrema direita. Foi a essa pressão, a de toda a classe dominante, da cidade e do campo, que Allende cedeu em outubro de 1972, selando assim o seu destino de setembro de 1973. Naquele momento, porém, a medida foi apresentada pelos reformistas (depois de certas hesitações) com mais um golpe genial do presidente. Conseguira acabar com o movimento do boicote. A oposição, que naquela altura, via na entrada dos generais no governo um ato de traição, graças ao qual Allende sobreviveu, recuou, porque não quis arriscar um conflito com o Exército e esperou a sua vez.

Em segundo lugar, tenho que confessar que não sei dessas promoções de última hora,

que RV alega terem precedido a entrada dos generais. Se as houve, não podem ter tido essa importância atribuída, pois o dispositivo do general Pratts, que de fato garantiu o governo naquele momento, tinha sido formado em seguida ao assassinato do general Schneider, antes de Allende tomar posse.

Em terceiro lugar, tenho as minhas dúvidas sobre a afirmação de que a DC tenha esperado, com a entrada dos militares no governo, uma oposição ao duplo poder. Entre outras razões, porque o processo do duplo poder só começou mesmo a se fazer sentir em consequência do movimento do boicote, como resultado desse primeiro auge do confronto.

Finalmente, o próprio RV contradiz a sua afirmação anterior, quando admite que a entrada dos militares não se deu conforme as reivindicações da DC, isto é, não correspondia nem pela forma nem pelo momento escolhido às aspirações dessa **"uma fração burguesa"**.

Para encerrar este aspecto da questão, repito que não o acho fundamental. Se dediquei aqui mais espaço do que talvez, mereça, é para dar ao leitor menos prevenido uma idéia da problemática do debate.

Fundamental, sim, acho outro aspecto do problema, que levantei na crítica e que o companheiro RV soube contornar pelo silêncio. Quando pus em dúvida o nível das definições dos regimes, com os quais o MIR tinha ou tem que lidar, o passado aí serve mais como ilustração; muito mais consequências tem a caracterização da ditadura militar atual. Das formulações deficientes do documento a respeito de experiências passadas, pode-se dizer que representam um passo atrás em relação a outras já feitas. Mais graves serão as consequências de uma falsa avaliação da ditadura militar, pois se trata do terreno sobre o qual os companheiros chilenos têm de desencadear a sua luta atual e futura. Foi este aspecto da questão que mais me preocupou, mas é justamente aí que RV se esquivava. Não sei se devemos tomar esse silêncio, sobre essa parte das definições do documento do MIR, como concordância tácita no sentido que a caracterização da ditadura militar é indefensável, mas não podemos simplesmente passar por cima da questão, pois esta encerra as chaves para problemas debatidos em seguida.

Ditadura e classe dominante

É a seguinte a definição do documento do MIR sobre a ditadura militar, citada na carta ao companheiro RV:

"A Junta Militar expressa a política de um setor da alta oficialidade, com forte apoio no corpo de oficiais, em aliança com um setor ultra-reacionário das classes dominantes, representantes dos interesses do grande capital, fundamentalmente industrial".

O que primeiro chama atenção nessa formulação é o fato da Junta Militar só expressar a política de um setor ultra-reacionário das classes dominantes - fundamentalmente do grande capital industrial. Cabe a pergunta: em que consiste a classe dominante num país de capitalismo dependente, como o Chile?

Pelo grau de industrialização já atingido no Chile, ela consiste antes de tudo, da burguesia industrial. Dela fazem parte igualmente as velhas oligarquias do campo, principalmente na medida em que se adaptaram ao processo de capitalização. Mas também o grande capital comercial interno e de importações e exportações. E por último, embora certamente não represente o setor menos importante, o capital financeiro e bancário, onde se reúnem e freqüentemente sintetizam os interesses dos demais componentes da classe dominante nativa, de um lado, e de outro, do capital estrangeiro. O chamado grande capital financeiro, que nunca é só financeiro, não é outra coisa do que o cume das classes dominantes, que em todo momento decisivo age e decide pela classe.

Para evitar mal-entendido queremos deixar claro aqui, de antemão, que nem as classes médias, nem os seus representantes políticos, fazem parte da classe dominante, mesmo quando sob os regimes parlamentares anteriores administraram os negócios públicos da burguesia ou, como na luta contra o governo da UP, forneciam as suas tropas de choque, inclusive as forças armadas.

Toma-se incompreensível, portanto, porque o grande capital industrial aparece no documento simplesmente como **um setor ultra reacionário**, como se houvesse outros setores no mesmo nível e menos reacionários. O documento do MIR não dá explicações à respeito. O companheiro RV tampouco.

Teria sido mais justo caracterizar a Junta Militar como expressão política dos interesses das classes dominantes, lideradas pelo grande capital. Isso, entretanto, também não esgotaria o assunto. Pois essa definição seria válida também para governos anteriores, como o de Frei, que foi um governo democrático-parlamentar e nada nos diz sobre a maneira particular com que uma ditadura militar cuida dos interesses da classe dominante. Ambas as formas de governo, Frei e a Junta, têm um denominador comum: são governos da burguesia. Importante para nós é justamente saber o que distingue as duas formas de governo da burguesia.

Mesmo correndo o perigo de ser chamado de "doutrinários" (a "superação do doutrinário" é o grito de guerra mais recente do companheiro RV), não podemos deixar de relembrar as nossas fontes para clarear o problema, pois, como Lênin já observou, o marxismo é uma doutrina. Pedimos licença para voltar ao problema do Estado.

Em "Estado e Revolução" Lênin sistematiza a experiência marxista do estado da época. Citando Engels (Das "Origens...") sobre as vantagens que a república democrática oferece ao domínio do grande capital, Lênin comenta:

"A república democrática representa o invólucro melhor possível do capitalismo e, por isso, depois de ter tomado conta desse melhor invólucro, o capital fundamenta o seu poder de maneira tão firme e tão sólida que nenhuma mudança, nem de pessoas nem de instituições nem de partidos da república burguesa-democrática pode abalar esse poder".

Suponho que essa definição de Lênin seja tão bem conhecida que dispense mais comentários, mas quero lembrar que foi essa atitude, teórica e prática, frente à democracia burguesa, um dos motivos principais da fundação da Internacional Comunista. Esta, em sua plataforma de fundação, em 1919, declara: "*A chamada democracia, isto é, a democracia burguesa, não é outra coisa senão a **ditadura velada da burguesia***" (destaque meu, EM).

E é por ser velada, que a república democrática é justamente o melhor invólucro possível da ditadura burguesa. Ao lado de garantias e direitos cívicos formais, oferece uma série de válvulas de escape, que vão da mudança de partidos desgastados, sem afetar o sistema, à divisão de poderes, que permite à burguesia controlar a legislação e a política diária. Mas - isso precisa ser destacado hoje em dia - a república democrática só é o melhor invólucro possível, enquanto o sistema capitalista funcionar sem maiores abalos do equilíbrio social, enquanto a burguesia puder governar, isto é, ditar. E, isso, em épocas de aguçamento das lutas de classes, começa a não se dar mais.

O grande precedente histórico na sociedade burguesa moderna foi o golpe de Estado de Luís Bonaparte, em tempos de vida de Marx. Analisado e estudado pelo fundador do socialismo científico, os resultados desse estudo ainda ajudam a compreender os fenômenos contemporâneos.

O que foi o chamado bonapartismo? Uma ditadura, e uma ditadura aberta não velada. Segundo as características dadas por Marx, no "Dezoito de Brumário" principalmente, destaca-se antes de tudo por um retorcido do Poder Executivo, às custas do Legislativo e do Judiciário. Marx fala de uma "autonomização do poder do Estado". Entende com isso a autonomia que o poder estatal consegue não só da sociedade em geral (essa ele tem desde que se tomou Estado na sociedade dividida em classes), mas

também em relação à classe dominante: *"A luta parece desenvolver-se de tal maneira que todas as classes igualmente impotentes e igualmente emudecidas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil."*

O processo do reforço do poder do Estado é paulatino. Começou com Napoleão, mas: *"Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece ter-se tornado completamente autonomizado."*

Para compreender o alcance das observações de Marx, é preciso ter em mente a crise pela qual a sociedade francesa tinha passado. O levante do proletariado de junho de 1848 foi sufocado sangrentamente, mas a própria burguesia, dividida em frações, não estava em condições de governar. Marx, continuando no "Dezoito de Brumário", deixa claro que essa incapacidade de governar politicamente ameaça as suas próprias bases sociais:

*"Para que a calma se restabeleça no país, antes de mais nada, o seu parlamento burguês deve ser silenciado e para que seu poder social permaneça **inviolado o seu poder político deve ser quebrado**. Os burgueses particulares só podem continuar a explorar as demais classes e se regozijar sem preocupações com a propriedade, a família, a religião e a ordem, sob a condição de que a sua classe seja condenada junto com as outras classes à nulidade política".*

O Poder Executivo, porém, só aparentemente está acima das classes. A autonomia real conquistada é usada para impor os interesses da classe dominante e aí se trata antes de tudo dos seus interesses históricos e não forçosamente dos imediatos. O Executivo não pode agir de maneira diferente, pois ele mesmo é um produto da sociedade existente e não altera as suas bases econômicas e sociais: *"Como autoridade executiva, que se tornou um poder autônomo, Bonaparte considera a sua missão, salvaguardar a ordem burguesa"*.

Salvaguardar a ordem burguesa é governar pela burguesia. Governar, mediante uma ditadura aberta, sem rodeios ou pretextos. A própria burguesia não tem mais os recursos para intervir diretamente nos negócios de Estado. Teve de sacrificar voluntariamente ou involuntariamente os instrumentos de exercício do poder direto, dos partidos políticos, a chamada "liberdade de imprensa", dos políticos de confiança ao Parlamento. Por isso essa forma de governo burguês, mais tarde é definida por Thalheimer como **ditadura aberta e indireta** da burguesia.

Marx posteriormente, numa retrospectiva da experiência bonapartista, na "Guerra Civil na França", fornece também os indícios das condições em que a burguesia sacrifica os seus instrumentos de ditadura velada e direta: *"Na realidade era a única forma de governo possível numa época em que a burguesia já tinha perdido a capacidade de dominar a nação e em que a classe operária ainda não tinha adquirido essa capacidade"*.

E isso diz respeito não só ao bonapartismo como também a todas as outras formas de ditadura indireta. Esse "empate" nas lutas de classes pode se dar devido a crises econômicas e políticas, mas se dá principalmente quando o proletariado se fortalece a ponto de pôr em perigo o domínio burguês, sem todavia conseguir vencê-lo.

O bonapartismo não foi a única forma de ditadura indireta, que o aguçamento das lutas de classes produziu. O fascismo foi outra. Não podemos nos estender aqui sobre as diferenças. Para nossa finalidade basta observar que o bonapartismo correspondeu mais às necessidades de uma burguesia industrial pouco desenvolvida, enquanto o fascismo só se deu em países-metrópoles, maduros, do capitalismo mundial. Esta forma de ditadura indireta da burguesia pressupõe a existência de uma pequena burguesia de cunho "anticapitalista", isto é, de uma pequena burguesia ameaçada em sua existência pela centralização e concentração do capital e que se toma rebelde contra o grande capital. Não basta que esta pequena burguesia seja reacionária ou conservadora. Ela tem que sentir na própria carne os efeitos do capitalismo decadente. O "socialismo alemão" dos nazistas e a "nação proletária" dos fascistas italianos foram expressões dessa

situação. Nós, na América Latina, já tivemos a experiência de ditaduras bonapartistas. Tivemos o Estado Novo no Brasil e o peronismo na Argentina, que representaram formas de governo bonapartista adaptadas à realidade latino-americana. Não chegamos ainda a conhecer ditaduras fascistas. Embora não faltassem tentativas de criação de movimentos fascistas, estes nunca foram capazes de desempenhar mais do que um papel auxiliar, por falta de bases sociais. A forma de ditadura indireta da burguesia, que se impõe no nível das lutas de classes atuais na América Latina é a ditadura militar, tal como surgiu no Brasil em 1964 e de forma mais brutal ainda, no Chile, em 1973.

A ditadura militar "modelo brasileiro"

O que distingue as ditaduras militares "modelo brasileiro" das ditaduras latino-americanas tradicionais, é justamente o fato de tratar-se no nosso caso de uma forma de governo do grande capital. As ditaduras tradicionais, sustentadas por oligarquias e ainda representadas pela paraguaia ou nicaragüense, se tomam mais raras porque não correspondem mais as necessidades de um capitalismo dependente, que se desenvolveu no hemisfério. O "modelo brasileiro" toma a função do fascismo, onde este não encontrou condições para florescer (como o "modelo peruano" se aproxima mais ao bonapartismo). Chega a tomar emprestado do fascismo determinados traços, como a técnica de repressão e de propaganda, mas assim mesmo não é fascismo, não dispõe da capacidade de mobilização e do dinamismo ideológico desse.

Também no "modelo brasileiro" a classe média tem o seu papel funcional. Tem na fase de preparação e na do golpe e o tem posteriormente, fornecendo um apoio, ativo ou passivo, isso depende das circunstâncias. Como se trata de uma classe média conservadora, ainda defende o seu lugar dentro do desenvolvimento capitalista e deseja participar do crescimento. De maneira que, em fase de expansão, o apoio se torna ativo e mais recalcitrante nos momentos de recesso econômico. Em todas as circunstâncias, é essa camada da sociedade que fornece não só os quadros para as próprias Forças Armadas, mas igualmente os técnicos e administradores, que os militares necessitam para poder governar.

A ditadura militar, sendo uma ditadura aberta da burguesia, só reforça as características do domínio do grande capital, da exploração e opressão das demais classes da sociedade; sendo uma ditadura indireta da burguesia, ela pode mais eficientemente impor o interesse da classe toda, não só contra as demais classes da sociedade, como também contra as tendências separatistas e o fracionamento nas próprias fileiras. Os mais fracos são sacrificados aos mais fortes e o grande capital fala pela classe toda. E, essa é a única maneira de unificar a classe burguesa nos momentos em que não se sente mais ameaçada. A força que o consegue, sempre vem de fora, mas a força que o consegue no "modelo brasileiro" é o poder de Estado tornado autônomo e apoiado em baionetas.

Por isso, essa forma de ditadura militar é uma das variantes da ditadura da burguesia e não de parte dela. É uma ditadura de classe, isto é, da classe inteira e não de uma fração, de um "setor ultra-reacionário".

Essa definição de **ditadura de classe** não depende das intenções subjetivas da burguesia, como da situação política, econômica e social em que se encontra. Ela não é livre arbítrio das suas ações. Ela não escolhe as formas de seu domínio. Se pudesse, conservaria para sempre o "invólucro melhor possível" do seu governo, a república democrática. Hesita e resiste em abandonar os instrumentos do seu poder direto, as instituições, os partidos, etc. Marx mostra esse caminho tortuoso para a burguesia francesa, depois de 1848. Mussolini teve de organizar a sua "Marcha a Roma" para, entre outras, obrigar a própria burguesia italiana a entregar-lhe o poder e levou ainda anos para liquidar os instrumentos de domínio burguês direto. Na Alemanha o processo foi mais rápido, pois a burguesia alemã tinha mais a perder e esperava ganhar mais. No Brasil, não se pode afirmar que a burguesia tenha

acolhido unanimemente e de bom grado a perpetuação dos militares no poder. O Ato Institucional Nº. 5 entre outros foi promulgado para disciplinar a própria classe dominante.

Uma vez, porém, criado o fato consumado da ditadura aberta e indireta da burguesia, a classe tem de identificar-se com ela, pois se impõe quando corresponde às necessidades de manutenção do domínio de classe. Sinal é que uma vez instaurada a ditadura, burguesia nenhuma tenta derrotá-la. Para derrubar uma ditadura aberta, é preciso de algo mais do que as saudades democrático-parlamentares de uma oposição burguesa.

O caso chileno

Voltemos à argumentação do companheiro RV. Como vimos, ele evita entrar na questão das relações classe-Estado na ditadura militar. Defende, entretanto, indiretamente, a fórmula do MIR, com sua constante ênfase na importância do fracionamento da burguesia chilena. *"Não é menos certo - nos adverte - que aquele que não distinguir contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica, ficará para sempre no reino da impotência doutrinária"*.

É certamente uma perspectiva sinistra que o companheiro nos abre aqui, mas vamos ver o que tem a dizer concretamente sobre as "contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica", que a burguesia chilena representa. Em primeiro lugar objeta o nosso método de encarar a questão:

"Dado que o conjunto da classe dominante apoiou o golpe, o companheiro EM conclui que ela não está dividida. E como reforço ao seu argumento, adiciona que não lhe resta outra saída. Mas ele mistura duas coisas. Uma coisa são as soluções que se impõem; outra, diferente, são os projetos e aspirações das forças sociais. Duas frações burguesas podem se dividir porque uma delas aspira uma solução que certamente não se imporá. O fato de que nós, a partir de uma análise marxista, tenhamos concluído pela inviabilidade de um projeto político, não significa que uma força social que lute por ele tenha de abandoná-lo. Existem ilusões que são produtos necessários da situação social. O fato mais comum na história é a existência de uma força social com um projeto inviável tentando agir segundo ele. Por certo será importante avaliarmos tal inviabilidade mas estaremos equivocados se concluirmos que isso cancela a prática dos projetos inviáveis e as contradições que eles produzem."

RV nos expõe aqui um método de abordagem de luta de classes, digno de um professor de politologia num seminário sobre o papel da ideologia na história. Fato é que essas generalidades pouco nos dizem, quando se trata de casos concretos, como, por exemplo: as ilusões da burguesia brasileira no sentido de uma volta dos militares aos quartéis, depois do golpe de 1964, elas mudaram a situação de fato? Quais eram então as consequências da "divisão" no seio da classe dominante brasileira? Um marxista certamente não desconhecerá o papel da ideologia, mas não a tomará por força motriz nas lutas de classe e a sua preocupação maior será querer saber qual a realidade material por trás desses aspectos ideológicos. Não precisamos, porém, deter-nos mais na questão de metodologia, pois o método real de RV é muito mais simples.

Primeiro, apresenta o quadro de uma classe dominante dividida, cujas frações estão na iminência de um confronto direto (nós não negamos divisões no seio da burguesia chilena, somente negamos-lhe o alcance atribuído por RV).

Em segundo lugar, trata os expoentes políticos da burguesia chilena de ontem, como se continuassem a representar as diversas frações da classe, como se o golpe militar não tivesse criado mudanças.

Terceiro, para poder criar um quadro mais importante de divisão da classe dominante chilena, põe correntes burguesas e pequeno-burguesas na mesma panela, tratando-as no mesmo nível.

Por último, omite-se completamente quanto às consequências, que as pretensas ou

existentes divisões no campo inimigo possam acarretar na realidade chilena atual. Nada diz também sobre o caráter das "ilusões sociais", que a pretensa oposição de frações da burguesia possa nutrir em relação à junta militar. Vejamos:

"Pinochet, Frei e Leighton se opuseram ao governo de Allende (embora de modo bem diferente) e se oporão à revolução proletária (embora de modo diferente e, no que diz respeito à corrente pequeno-burguesa de Leighton, não está afastada a hipótese que seja neutralizada ou até que preste um apoio vacilante por algum tempo). Mas infeliz do dirigente revolucionário que se contenta com a afirmação genérica da identidade de todas as correntes burguesas frente ao proletariado. Por que Leighton se opôs abertamente ao golpe, Frei não gostou da forma como ele se deu e Pinochet procura liquidar a ambos politicamente. E Leighton não é só Leighton: é todo o setor da DC que se passa para a oposição aberta e se une à esquerda na resistência à Junta. Frei não é só Frei: é toda a fração da grande burguesia que se vê marginalizada das decisões e que se opõe palacianamente à forma da ditadura indireta, que conspira com os setores "liberais" dos Estados Unidos e até com Kissinger, com frações do Exército etc. E Pinochet não é só Pinochet: é o grande capital favorecido diretamente pela política da Junta e é as Forças Armadas como partido do grande capital. Hoje as três frações estão em luta aberta. O revolucionário que, por medo de deixar "aberta a possibilidade de firmar frentes mais amplas possíveis com forças burguesas", não quiser ver as divisões atuais no campo inimigo, estará se protegendo com um belo dogma que o "protege" também da própria luta política."

Por estranho que possa parecer, essa linguagem já ouvimos no passado: "Deixem de ser sectários e dogmáticos, sejam abertos e amplos, não tenham receios da burguesia..." Mas não é esse aspecto da questão que queremos tratar aqui. Passemos igualmente por cima das futuras relações da ala de Leighton e a revolução proletária, e da eminente adesão de toda uma ala da DC à resistência da esquerda. O que nos interessa no momento é a descrição das relações de classes, dada por RV. "Hoje as três frações estão em luta aberta", afirma ele. Pinochet é grande capital. Muito bem, é uma definição bastante genérica, para poder estar certa. Mas Frei agora é promovido a representante de toda a fração da grande burguesia, que se vê marginalizada das decisões... Aqui temos de parar para analisar. Primeiro, qual é a diferença entre "grande capital" e "grande burguesia". Não a vemos muito bem numa sociedade capitalista, mesmo dependente, mas se existir num dos esquemas sociológicos mais recentes, acontece que o grande capital é igualmente marginalizado, pois se trata justamente de uma ditadura indireta. Em troca, não é dada nenhuma prova para a afirmação que Frei representa hoje grande parte da grande burguesia chilena, e não há nenhuma tentativa para fundamentá-la. Frei foi representante da burguesia, enquanto governo. Como tal empenhou-se no programa de reformas burguesas e foi o caçula mimado da "Aliança para o Progresso", que via em políticos como ele a melhor garantia contra uma radicalização das massas na América Latina. Com o fracasso do programa das reformas e as desilusões criadas em todas as classes da sociedade chilena, Frei e a DC deixaram de ser atração para a burguesia. Sinal é que nas últimas eleições presidenciais não tinha mais candidatura única contra Allende e a burguesia preferiu Alessandri ao candidato da DC. Durante a UP, a burguesia precisou da DC na sua luta contra o governo. Hoje Frei não tem mais possibilidade material de representar a burguesia. Foi sacrificado e tinha de ser sacrificado pela classe dominante. Rompeu com a Junta e tinha que romper, depois de todos os esforços de oferecer os seus serviços e depois de se convencer que no esquema da Junta não tinha mais lugar para presidentes civis. Fez a mesma experiência de um Lacerda no Brasil e o fez, em prazo mais curto. Mas essa espécie de "divisão", que RV nos apresenta, só o consegue confundindo um instrumento de governo burguês com a própria grande burguesia.

No que diz respeito à "terceira fração", representada por Leighton, este nunca representou burguesia nenhuma e sempre foi representante típico da pequena burguesia, de uma força auxiliar. De maneira que não precisamos levá-lo em conta no esquema das

frações da classe dominante. De resto, as "divisões", tal como RV nos apresenta, se reduzem sensivelmente...

Mas, suponhamos que o esquema de RV esteja certo, ou que haja esse gênero de divisões das classes dominantes, ou que haja pelo menos uma parcela de verdade nesse esquema. Quais seriam então as conseqüências? Quais seriam os resultados dessa "divisão" para com a estratégia de um movimento revolucionário? - já que RV insiste tanto nas suas advertências. Será que o companheiro espera um confronto no seio da classe dominante, confronto que derrube a ditadura militar? Ou espera que o proletariado chileno possa aproveitar essas "divisões" e passar para a ofensiva? E, afinal de contas, o que RV espera de "conspirações de círculos da grande burguesia chilena com o Sr. Kissinger"?

Mesmo "divisões" não são nenhuma panacéia e tem de ser vistas dentro de uma realidade de relações de forças existentes. Em 1970, a divisão da burguesia chilena (da qual uma parte pregava a necessidade de um golpe imediato enquanto a outra pretendia derrubar Allende mediante o estrangulamento econômico), permitiu a posse do governo da UP. Hoje, as relações são outras. Quem decide pela burguesia é o poder executivo e as divisões no seio da classe dominante só reforçam a sua autonomia de decisão.

O esquema irreal, que RV defende com tanto empenho e que lhe faz perder mesmo o senso crítico de argumentação, fecha-lhe também a visão dos problemas reais, que a Junta enfrenta. Fato é que a política do governo militar chegou a um ponto morto. As dificuldades maiores que enfrenta estão no terreno econômico. Orlando Saenz, antigo presidente da SOFOFA (Sociedade de Fomento Fabril) critica hoje abertamente a política econômica da Junta. Critica especificamente (no seminário *La Tercera* de fins de fevereiro) a política de importações irrestritas do ministro da Economia, Fernando Lénis. Raul Sahli, o atual presidente da SOFOFA, é mais cauteloso (provavelmente em virtude de sua posição oficial), mas assim mesmo não poupa críticas à política econômica da Junta, afirmando não existirem planos nem a curto nem a longo prazo para enfrentar problemas vitais, como o de abastecimento energético.

Chama a atenção aqui o fato de tratar-se de dois porta-vozes do grande capital chileno. A sociedade de Fomento Fabril é órgão tradicional de defesa da burguesia industrial, isto é, do "setor ultra-reacionário das classes dominantes". Um aspecto pitoresco da questão talvez seja o fato do Sr. Leon Vilarin, o já citado líder dos donos de caminhões, ter entrado no coro dos opositores do Ministro da Economia e ter pleiteado (e conseguido) um adiamento de uma programada liberalização dos controles de fretes.

O problema fundamental dessa política econômica é a sua orientação liberal, no sentido do nosso professor Gudín. Os gritos de protestos contra as intervenções estatais na economia (que não datam só da época da UP), fizeram a Junta, ao tomar o poder, inaugurar uma política de volta à economia de mercado e ela começou a agir no campo econômico de modo tão inflexível, como no político. Tão inflexível que não souberam nem levar em conta os novos fatores: a queda dos preços de cobre, o aumento do petróleo e a crise nos países industriais. Seria esse talvez um caso para examinar o papel da ideologia na política econômica, mas desde já é de se prever que os interesses fundamentais da burguesia chilena se imporão contra a ideologia. É de se prever que a política econômica será retificada, mesmo se o for acompanhada de conflitos maiores ou menores no seio da Junta. E que a retificação da política econômica encontrará um complemento no campo político. O ministro do Exército interino, Cláudio Collados, já declarou que a campanha antimarxista interna não será mais levada avante na política externa.

Esperar mais, nas condições concretas da burguesia chilena, do que uma campanha de retificação no quadro da ditadura militar, da tentativa de "institucionalização" da ditadura, é criar ilusões para si mesmo. A situação lembra de certo modo a existente no Brasil na primeira fase da ditadura, depois de abril de 1964, quando a crise econômica se aproximava do seu auge. A burguesia brasileira, que então maldizia a "interdependência" de Castelo Branco e o "saneamento econômico" de Roberto Campos,

não estava em condições nem cogitava desafiar abertamente o Executivo Militar. E os fatores que ajudavam a abortar qualquer oposição política efetiva da burguesia brasileira, eles estão presentes hoje no Chile com muito mais razões.

Em primeiro lugar, o proletariado chileno desafiou a sua burguesia num grau muito maior do que tinha sido o caso no Brasil. E o susto da ameaça do poder proletário ainda deve provocar pesadelos a todas as frações da burguesia chilena. Isso exclui - segundo - qualquer tentativa da burguesia de derrubar o regime, pois teria de desencadear forças populares e conflitos sociais, que acaba de ajudar a sufocar. E isso exclui também uma solução à maneira argentina. RV esquece que na Argentina existia ainda um vasto movimento bonapartista, o peronismo, do qual a burguesia podia esperar que resolvesse o problema de uma maneira melhor do que os militares. A burguesia chilena não tem essa alternativa.

Em terceiro lugar, é preciso ter em mente que a contradição fundamental da política chilena continua sendo a existente entre o capital e o trabalho assalariado. A afirmação do documento do MIR, no sentido de um aumento das contradições na classe dominante, porque "o movimento de massas submetido à repressão, as distintas frações burguesas tem condições mais favoráveis para resolver suas contradições", tem de ser vista nas suas devidas proporções. A burguesia chilena, para reorganizar a sua economia (que ela ajudou a desorganizar na luta contra a UP), precisa da ditadura já por motivo de "arrocho salarial". Mesmo derrotado politicamente, o proletariado chileno não teria aceitado pacificamente a brutal redução do seu nível de vida e prosseguiria a luta de classe no terreno econômico. A situação piorou mais ainda com a crise mundial, que por si só já adia qualquer perspectiva de recuperação econômica no Chile. Mais do que dantes - para falar com as palavras de Marx — para que o poder social da burguesia chilena continue mantido, o seu poder político deve continuar quebrado.

Sobre as "tarefas democráticas"

Chegamos à essência do problema e das divergências, às "tarefas democráticas". Também nesse ponto temos de advertir que a argumentação de RV não é muito correta, também aí inventa posições, para melhor "combatê-las". Assim, eu não disse genericamente que a partir de abril de 1917 caiu a separação entre tarefas democráticas e tarefas socialistas, como afirma. Na carta dirigida a ele escrevi: *"para Lênin essa distinção e separação de tarefas democráticas e socialistas só existia enquanto o proletariado russo enfrentava a necessidade de uma revolução burguesa, isto é, até fevereiro de 1917. Essa separação de tarefas caiu com as Teses de Abril"*.

Em suma, defendi o ponto de vista que para marxistas as plataformas democráticas tinham sentido e função em fases de preparação e durante revoluções burguesas. Citei especificamente o caso da Rússia, onde Lênin, em 1905, distinguiu tarefas democráticas e tarefas socialistas para o movimento revolucionário. Disse que essa dualidade de tarefas ficou superada em fevereiro de 1917, com a vitória da revolução burguesa. Lênin fundamentou isso teoricamente nas Teses de Abril, no Congresso do Partido Bolchevique, que adotou nova plataforma de luta, com vistas à revolução socialista e à Ditadura do Proletariado. Querer atribuir-me, por isso, a formulação de que "a partir de abril de 1917 caiu a separação entre tarefas democráticas e tarefas socialistas", como uma questão de princípio, é um recurso pouco sério.

Tampouco escrevi: "Assembléia Constituinte = tática burguesa", conforme "cita" RV e, sim: *"A Assembléia Constituinte é reivindicação típica de revolução burguesa, contra regimes absolutistas"*.

RV não discute o problema e não entra no mérito da questão. Procura convocar duas testemunhas a seu favor. Trata-se de duas testemunhas de peso na história do movimento comunista: Gramsci e Nin.

Tenho que confessar que não posso acompanhar a discussão sobre Gramsci. Não li o livro de M.A. Macciocchi e não disponho dos textos originais de Gramsci da época.

Tenho de observar, entretanto, que tudo que RV cita de Gramsci não tem nada a ver nem com plataforma democrática nem com Constituinte. E se ele cita o revolucionário italiano: *"sem conquista de novas alianças, o proletariado se priva de toda oportunidade séria de um movimento revolucionário"*, só resta constatar que aí morreu Neves. Já afirmamos alguma vez que o proletariado dispensa aliados?

No que diz respeito a André Nin, RV foi definitivamente infeliz com o testemunho deste. Nin confirma a nossa posição e não faz mais do que se colocar à base do leninismo, quando diz: *"... impulsionar estas últimas (as massas/EM) à ação enérgica e constante para conseguir que a revolução democrática seja levada até as últimas conseqüências"*. Se RV não estivesse tanto à cata de palavras e se tivesse se ocupado um pouco com o conteúdo das citações de Nin (sem falar dos problemas da revolução espanhola), teria notado que a questão fundamental debatida na época era o fato de que a revolução burguesa na Espanha (a revolução democrática) não tinha sido completada. Que a fuga do rei e a declaração da república pelos políticos da classe dominante não passavam de artifícios para evitar um aprofundamento do processo revolucionário e para a conservação das velhas estruturas e privilégios semifeudais. Joaquin Maurin, companheiro de Nin, que tratou dessa questão de modo ainda mais detalhado no seu livro "Revolución y Contrarevolución en Espana" (Ruedo Ibérico) chega a definir por isso a esperada revolução proletária na Espanha como "democrático-socialista". Quer deixar claro com isso que só o proletariado pode completar a revolução burguesa e o fará no quadro da revolução socialista.

Voltemos à tática do MIR. O que tínhamos objetado era o seguinte trecho:

"Isso, nas condições de ter de emergir de um Estado de exceção, impõe-se que assuma a forma mais ampla de 'democracia formal', a convocação de uma Assembléia Constituinte, na qual todas as camadas do povo e todas as correntes políticas podem participar".

O que decorre dessa definição dos objetivos de luta? Em primeiro lugar, que em condições de liquidação de uma ditadura aberta da burguesia (Estado de Exceção) a tarefa é o restabelecimento da democracia burguesa. "Democracia formal" sempre foi o sinônimo de democracia burguesa para marxistas. Já que consideram que a democracia burguesa é uma ditadura velada da burguesia, ela não passa de formal.

Em segundo lugar, essa definição dos objetivos é reforçada pela exigência da convocação de uma Assembléia Constituinte, *"na qual **todas** as camadas do povo e **todas** as correntes políticas podem participar"*. Quem tiver ainda alguma dúvida sobre o conteúdo da primeira parte da definição, a leitura da segunda, a dissipará, pois encontra aqui os princípios fundamentais da representação parlamentar. A representação de **"todas** as camadas do povo e de **todas** as correntes políticas" elimina de antemão, não só o objetivo da ditadura do proletariado, mas mesmo o estabelecimento de uma democracia revolucionária de um regime de transição.

O companheiro RV não pensa assim. Embora admita nessa ocasião que a "plataforma de luta atual do MIR carrega determinadas insuficiências que podem ser fontes de desvios", sustenta tratar-se de uma "falha no interior de uma tática fundamentalmente justa". A dúvida que tem é quanto à "indefinição do caráter do governo provisório". Mas, é o caso de perguntar: será que o companheiro RV tem o direito de ser tão ingênuo? Qual pode ser o caráter de um governo provisório, criado à base de uma "democracia formal" e que deve convocar uma Assembléia Constituinte em bases de representação parlamentar?

Nesse seu esforço quase sobre-humano de "provar" que a linha política do MIR não visa à redemocratização, RV acusa-me a) desconhecer as relações entre tática e estratégia e b) querer substituir a análise de uma "tática adequada a cada período" por uma discussão no nível do programa e do caráter da revolução, "burguesa" ou "socialista".

As categorias, que RV usa nessa ocasião, não são sempre claras. Às vezes fala das relações entre tática e estratégia e às vezes entre "tática e programa". Fala de uma

"tática, que tem o seu centro próprio ainda necessariamente articulada (portanto, distinto) com a estratégia". Mas esse jogo de palavras só esconde os conceitos do autor. Para que uma tática seja de fato articulada com determinada estratégia não bastam as profissões de fé no sentido que não estamos nos afastando "um centímetro" sequer dos nossos objetivos. Uma tática tem que corresponder de fato a um determinado conceito estratégico, sob pena de que este se tome letra morta. Tática é uma coisa distinta de estratégia, mas ela não pode ser contrária a estratégia. Essa liberdade tática de não precisar levar em conta a estratégia e os objetivos finais de luta já foi evocada por todos os matizes do reformismo, que em todas as ocasiões juraram de pés juntos que os objetivos finais não serão abandonados.

No que diz respeito à importância (ou não importância) do pressuposto do caráter de uma revolução (burguesa ou socialista) para a elaboração de uma estratégia e das táticas decorrentes, o companheiro RV já teve maior clareza. No seu "A guerra revolucionária e os ensinamentos de Mão", escrito em 1968, trata desse problema, dizendo:

"Mas a distinção é lógica e importante no caso. Porque então os defensores da "revolução popular" e da "guerra popular de todo o povo" teriam que provar que a nossa revolução é burguesa. É o que tentam fazer, além do carcomido partido de Prestes, a AP e o PCdoB sem nenhuma fundamentação na realidade brasileira".

Naquele tempo - o citado artigo o deixa claro em toda a sua extensão - RV ainda conhecia bem o papel distinto que a chamada luta democrática desempenhava em revoluções burguesas ou socialistas. Hoje coloca o problema diferente. Quando lembrei a ele que as bandeiras democráticas se tornaram armas da contra-revolução na hora da queda do fascismo e de nazismo, destinadas a impedir a revolução proletária na Europa, R.V. responde:

*"Ainda que seja certa a constatação sobre o papel das bandeiras democráticas (na verdade, caberia perguntar: quais bandeiras democráticas? Formuladas de que modo? E não tratar o assunto assim de modo tão geral) na hora da queda do fascismo, não se pode concluir que elas se tornaram **em geral**, em qualquer momento, uma arma contra-revolucionária, e independentemente da forma como é levada".*

Não acredito que o companheiro RV, com suas dúvidas sobre o modo de definição das bandeiras democráticas, no caso, se aproxime à essência da questão. As "bandeiras democráticas", "plataformas democráticas" ou "reivindicações democráticas" (programáticas) não visam outra coisa do que a conquista e a expansão da democracia burguesa. Isso representa um passo histórico para a frente em países em que a revolução burguesa ainda está para se fazer, nos quais a luta proletária ainda não pode visar diretamente a instalação do socialismo. Nessas circunstâncias, o "modo" de formular esse objetivo se traduz na tática. Na já citada revolução de 1905, por exemplo, as diferenças táticas entre mencheviques e bolcheviques se manifestaram mais nitidamente na forma de governo, que devia surgir da derrocada do absolutismo. Enquanto os mencheviques pleiteavam um governo provisório, formado por liberais e apoiado de fora pelos social-democratas, os bolcheviques propugnavam por um governo de "ditadura democrática de operários e camponeses", no qual os social-democratas deveriam participar como força revolucionária mais decidida. Estas diferenças táticas tinham divergências de conceito estratégico como base. Enquanto os mencheviques defendiam o ponto de vista que uma revolução burguesa tinha de ser liderada pela burguesia, os bolcheviques achavam que a burguesia não liderava mais revolução nenhuma, que a revolução burguesa tinha de ser levada avante pelo proletariado e seus aliados no campo contra a vontade da burguesia. Embora existisse uma concordância programática entre as duas frações (bolcheviques e mencheviques tinham adotado o mesmo programa), as divergências de estratégia tinham como origem doutrinas diferentes. Enquanto os bolcheviques baseavam a sua estratégia e tática nas experiências das lutas de classes na Europa, tal como foram aproveitadas pelo marxismo, que criou uma doutrina de guerra

de classe, os mencheviques, graças às influências pequeno-burguesas, às quais estavam submetidos, não estavam em condições de se aproveitar dessas experiências. Pela situação social das suas lideranças tendiam a um "antidouttrinismo", pois para eles a herança marxista não tinha implicações para com a luta diária; na realidade seguiam as "doutrinas" democráticas, formadas por ideologias pequeno-burguesas e que dominavam a maioria direitista da Segunda Internacional.

Desde então as águas se dividiram e todas as lutas de classes nas metrópoles do capitalismo e igualmente em muitos países periféricos, passaram para um nível mais alto. Nessas partes do mundo a conquista do poder pelo proletariado tornou-se objetivo do movimento revolucionário e isso dividiu definitivamente bolcheviques e mencheviques em escala mundial. Hoje são poucos os países do mundo onde a burguesia não está no poder, ou participa dele. No Chile, caso que nos interessa nessa discussão, estávamos de acordo que a revolução burguesa não estava mais na ordem do dia, que se tratava de um país onde a revolução será socialista ou caricatura de revolução. Isso tem implicações. Significa que no Chile a conquista da democracia não representa mais um passo histórico, uma fase a ser vencida no caminho da revolução socialista e, sim, a volta a uma forma de domínio burguês, que deu lugar a uma ditadura militar, quando ameaçado pela luta do proletariado. A uma forma de domínio burguês, que tende a ser abandonada em prol de uma ditadura indireta da burguesia, **sempre** que o proletariado ameace a ordem existente.

O proletariado chileno ameaçou a ordem existente, mas não conseguiu derrubá-la. Não o conseguiu, entre outras, porque ele mesmo tinha sido vítima de ilusões democráticas, isto é, ilusões sobre a possibilidade de resolver os seus problemas no quadro da democracia parlamentar, da legalidade, etc., ilusões de poder reformar e aproveitar o Estado chileno para seus fins. A luta contra estas ilusões, isto é, no caso chileno, o aproveitamento dos ensinamentos da derrota para a classe operária, deve ser a base da estratégia e tática dos revolucionários chilenos na presente situação. A luta contra a Junta Militar deve ser travada como luta contra a sociedade burguesa chilena (e internacional, evidentemente), contra a burguesia chilena como classe social e não contra determinada forma de domínio da burguesia e contra **setores da classe**.

Isso não nos torna indiferentes às formas de governo existentes na sociedade burguesa. A democracia burguesa não representa só o invólucro melhor possível para a classe dominante. É também o terreno no qual o proletariado melhor pode desenvolver as suas forças, organizar-se e travar a luta diária. Mas só representa esse terreno favorável na medida em que conseguimos desmascará-la perante a classe operária, na medida em que permite mobilizar o proletariado para sua revolução. Isso significa que não podemos mais apresentar ao proletariado a democracia burguesa como meta de luta, nem como meta parcial, como plataforma ou bandeira. Apoiaremos qualquer reivindicação "democrática", que interesse ao proletariado e que de fato esteja atual. Mas não como princípio, não por ser "democrática" e, sim, por se tratar de uma reivindicação que favorece a luta proletária. Evidentemente também temos um interesse na derrocada da ditadura. Mas a ditadura será derrotada, não pelas reivindicações de volta da democracia, pelas plataformas democráticas ou concessões ideológicas do movimento de esquerda e, sim, porque as contradições econômicas, sociais e políticas a tornam madura para cair. Nesse momento estaremos de fato lado a lado com a resistência pequeno-burguesa e mesmo burguesa, mas, "marchar separados, bater juntos", fazia parte de todos os movimentos comunistas, que não ostentavam somente o nome. E "marchar separados" não se refere só a independência organizatória da classe operária, diz respeito igualmente aos objetivos de luta. E a preocupação maior de todo comunista num momento desses deve ser que todo operário saiba que a luta não é só contra uma ditadura bárbara, mas também contra o sistema que lhe deu lugar. Nós comunistas não podemos combater a ditadura aberta da burguesia sob a bandeira da volta de uma ditadura velada. Não podemos combater a ditadura indireta da burguesia com uma plataforma de retomada da sua ditadura direta.

A plataforma de luta do MIR

Afirma RV que a luta por direitos democráticos não é idêntica a "redemocratização". Diríamos que se trata de uma redemocratização envergonhada. Já vimos as definições dos objetivos de luta no documento interno do MIR. Para não deixar dúvidas, o N.º.100 do "El Rebelde", que circulou clandestinamente, traz uma "Plataforma de Luta" do MIR, que resume a sua linha política em quatro pontos:

- restituição das liberdades democráticas;
- defesa do nível de vida das massas;
- derrubada da ditadura e a instituição de um novo governo;
- constituição do Movimento de Resistência Popular.

Trata-se evidentemente de um desdobramento prático de formulações já vistas. Do ponto um e três já tratamos. O ponto dois representa uma reivindicação natural de qualquer movimento de esquerda e não é parte específica de tarefas democráticas. O que merece ser visto ainda: Movimento de Resistência Popular, também caracterizado no documento debatido como "ampla aliança social com extensos setores de pobres da cidade e do campo e da pequena-burguesia proprietária e especialmente funcionária". Sobre o caráter desse movimento, o documento já tinha dito:

"Num período de refluxo do movimento de massas e a um Estado de Exceção, a tarefa prioritária é fortalecer uma aliança mais ampla possível. É tarefa nossa, hoje no Chile, conseguir uma aliança contra a Ditadura, pelo restabelecimento das liberdades e pela defesa do nível de vida das massas, com o reformismo e com o centrismo e com a pequena burguesia democrática (Partido Radical e o setor Leighton do Partido Demócrata-Cristão)".

Torna-se evidente que o MIR coloca aqui a conquista de massas pequeno-burguesas pelo movimento operário no nível de uma aliança com organizações políticas pequeno-burguesas, que continuam sob as antigas lideranças pequeno-burguesas. No mesmo documento consta:

"Ao mesmo tempo, não devemos confundir o PDC, o partido, seu Conselho, e seus representantes (Frei, Hamilton, Carmona, "los piranas", etc.) com um setor dele, a pequena burguesia democrática (definida assim por nós no CC de maio de 1972) constituído por Leighton, Donosco, Fuentealba, etc., que apesar de suas vacilações se opuseram à derrubada de Allende, antes de sua queda, emitiram declarações imediatamente depois do golpe militar, condenando-o e que hoje constituem um grupo virtualmente orgânico à parte do PDC; com o qual é possível fazer aliança".

O que criticamos é o caráter populista dessa frente. Caráter populista porque dilui as fronteiras de classe e sacrifica as reivindicações específicas do proletariado a plataformas gerais do "povo", concretamente democráticas. É o antigo problema, que também já enfrentamos no Brasil depois de 1964: como ganhar setores da pequena burguesia? Fazer frentes com organizações pequeno-burguesas, deixar que as antigas lideranças conservem as suas influências, ou formar um movimento operário militante, que atraia setores da pequena burguesia e os tire das lideranças tradicionais?

O que criticamos era a absoluta falta de conteúdo de classe desse movimento. Os companheiros que me perdoem se eu me repetir, mas na carta a RV expus o problema da seguinte forma:

"Qual seria uma alternativa revolucionária, no caso chileno? É evidente que nós não podemos elaborá-la. Isso é e continua sendo tarefa dos revolucionários chilenos. Há, entretanto, algumas conclusões, que se impõem, mesmo vendo a situação aqui de fora. Em primeiro lugar, cabe a uma

vanguarda revolucionária concentrar-se neste momento no proletariado, que perdeu quase todas as suas lideranças e está com suas organizações destruídas. Caberá procurar atenuar, na medida das suas forças, os efeitos da debandada geral, ensinando e estimulando os operários a criarem novas e simples formas organizatórias, apropriadas à clandestinidade. A isso ajudam tanto as tradições de organização sindical do proletariado chileno, como as novas formas organizatórias, criadas nos últimos anos, como "cordões" e "comandos".

"Em segundo lugar - se houver possibilidade de formar frentes em âmbito nacional ou regional, e considerando o alto nível que as lutas de classes no Chile já tinham atingido - a vanguarda devia empenhar-se em formar uma frente única proletária (com reformistas e centristas), à base de reivindicações de classe. Devia procurar formar essa frente de cima para baixo e de baixo para cima, para vencer a resistência das antigas lideranças reformistas. Em terceiro lugar, mas não por último em importância, é decisivo levar para dentro do proletariado as experiências da sua luta e os ensinamentos da sua derrota. Para isso o MIR estaria em situação privilegiada, mas não há dúvida que, primeiro, teria de se preparar para isso (ainda não vimos uma avaliação da maior contribuição que o proletariado chileno deu às lutas de classes no continente: os "cordões"). É evidente que esse processo de ensinamento é prolongado e que provavelmente perdurará toda a clandestinidade, mas, de maneira nenhuma pode a vanguarda apresentar-se à classe com concessões às ilusões democráticas, que no passado deram lugar à derrota".

Bem, o que tem RV a responder? *"Por isso - contesta - ao propor uma frente única proletária no lugar de uma frente de resistência, o companheiro coloca uma alternativa (reivindicação de classe ou reivindicações democráticas) onde deve haver uma articulação".*

Mas o que RV entende por "articulação" entre reivindicações de classe e reivindicações democráticas? Terá que explicar primeiro como articular a luta da classe operária contra a sociedade burguesa e a luta por uma determinada forma de domínio burguês: a "democracia formal".

"Além disso - prossegue - o companheiro não se pergunta pela disposição ideológica das forças políticas e sociais em questão. O propósito de uma frente única proletária isolada da resistência contra a ditadura não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos operários tradicionais" (grifo meu/EM).

Aí volta o velho e surrado argumento do "isolamento", que ouvimos durante toda a nossa existência, quando pregamos uma política de classe. Resta perguntar ao companheiro RV porque uma frente de classe pode e deve ficar isolada da luta contra a ditadura. Pelo contrário, será a força mais poderosa que travará a luta de maneira mais tenaz e irreconciliável, pois representa a classe contra a qual o golpe militar se dirigiu em primeiro lugar. Além disso, representaria um pólo de atração (um "pólo proletário", companheiro RV), para as camadas rebeldes de outras classes, que viriam engrossar as fileiras da resistência sem as suas lideranças tradicionais.

Em seguida, RV afirma que a frente única proletária não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos tradicionais. Daríamos razão ao companheiro, se se limitasse a citar as lideranças tradicionais dos partidos operários. Temos, porém, nossas dúvidas quanto às bases. Essas dúvidas se justificam em parte pela história do movimento operário chileno, na qual tais frentes não são novidades. A FRAP foi uma frente única proletária, formada por PC, OS, sindicatos e grupos políticos secundários. E foi a ala esquerda do PS e bases sindicais que se opuseram decididamente (e com sucesso) às tentativas do PC de transformar essa frente única em nova Frente Popular. O proletariado chileno conhece, portanto, o problema e mais do que qualquer outro proletariado do hemisfério está preparado para enfrentá-lo de novo, devido as suas tradições de luta.

As dúvidas se justificam também pela situação atual da classe operária chilena. Os últimos meses da UP já abalaram sensivelmente as ilusões democráticas, legalistas e populistas, que tinham grassado no seu meio. A derrota, sem dúvida, reforçou a radicalização e a tomou mais predisposta a uma política classista. Mas, para que isso se dê de fato, é preciso o concurso de uma vanguarda, que saiba formular essa política de classe. Que as lideranças dos partidos tradicionais não sentirão nenhuma atração por uma frente única proletária, é de supor. Elas levaram o proletariado chileno à derrota e pretendem continuar a linha política, que levou a derrota. O PC continua a oferecer alianças a setores da burguesia, continua a depositar esperanças na democracia cristã. Tem fobia de toda política de classe. Mas isso, para comunista, nunca foi obstáculo para lutar por uma frente proletária. Quando as cúpulas resistem, comunistas procuram realizá-la nas bases, nas fábricas e nos bairros, em torno de reivindicações concretas e essa própria luta em torno de uma política de classe contribui (e é a arma mais eficiente) para desmascarar as cúpulas reformistas.

Finalmente, a luta *por* uma política de classe — independente da forma concreta que tomar e que só os revolucionários chilenos podem concretizar - representa o único caminho para fazer o proletariado chileno compreender as causas da sua derrota e é premissa de uma futura vitória. As lutas de classes no Chile foram as mais agudas no hemisfério. Tinha-se criado uma situação em que as bases políticas e sociais das instituições democrático-parlamentares tinham completamente ruído no Chile. As alternativas reais, que se colocavam eram a ditadura aberta da burguesia ou a tomada do poder pela classe operária, a Ditadura do Proletariado. Se o proletariado não deu esse passo decisivo, isso se deve antes de tudo às ilusões democráticas, legalistas e populistas, que ainda alimentava. Todo o problema de uma política revolucionária no Chile, a premissa para a classe operária recuperar as suas forças e tomar a ofensiva para a derrocada da ditadura militar, consiste no aproveitamento das lições da derrota. Consiste em quebrar definitivamente os tabus democráticos e pequeno-burgueses do passado e fazer da revolução proletária, da destruição do Estado burguês e da Ditadura do Proletariado as bandeiras da sua luta futura.

É de se perguntar, finalmente, porque o MIR, que no passado teve o papel de uma oposição revolucionária ao reformismo vigente no movimento operário chileno, mudou de rumos. Pois, não há dúvidas que abandonou as posições comunistas e se quisermos situá-los hoje, seria na vasta faixa que existe entre revolução e reforma que nos tempos da Internacional foi qualificada de centrismo. Não é fácil responder essa pergunta, mas há alguns indícios, que nos permitem uma aproximação, pelo menos:

Em primeiro lugar os companheiros chilenos parecem ter tido dificuldades para compreender a natureza real da ditadura. Acostumados a décadas de democracia parlamentar (mesmo quando escolheram uma clandestinidade voluntária nos tempos de Frei), a ditadura militar, o "Estado de exceção", lhes parecia mesmo como uma situação excepcional, não só para o povo como para a própria classe dominante. Há por baixo disso, a suposição que a burguesia pode voltar a governar com outros meios. Não compreenderam ainda que a ditadura aberta e indireta, "a mais prostituída das formas de domínio burguês" (Marx), na fase do declínio do capitalismo, não representa mais exceção, e se torna mais freqüente na medida em que o sistema enfrenta a luta direta pela sobrevivência.

Além disso, e simultaneamente, nota-se no conceito estratégico do MIR o receio da ditadura se consolidar à maneira brasileira, superando a crise atual. Isso levou a uma tentativa de acumulação de forças que, por um lado, não desse fôlego ao regime para consolidar-se e, por outro, permitisse a sua derrocada em prazo mais breve possível, para voltar pelo menos a uma situação "normal".

Esse raciocínio tem uma forte base de voluntarismo (voluntarismo não leva somente a desvios de esquerda). O método permite justamente cair de um extremo ao outro. Na história do MIR, o voluntarismo está presente. Revelou-se nitidamente numa fase de aventuras militaristas, durante o governo Frei, causado por

dificuldades de penetração numa classe operária já organizada por partidos reformistas, mas que por sua vez fez perder um precioso tempo na tentativa de penetrar no proletariado. O MIR fez autocritica, chegou a expurgar os elementos mais indóceis e voltou à luta de classes proletária antes do governo da UP tomar posse. No documento interno que debatemos nesta resposta, o voluntarismo volta novamente à tona. Volta a abrir novamente perspectivas militaristas, propagando a formação de um Exército Revolucionário do Povo (ERP) e incluindo a "propaganda armada" no seu instrumentário de luta. Apesar dos veementes protestos de RV, estas formulações estão aí e elas abrem as portas a novas aventuras militaristas. É verdade que o MIR fala de "lutas de massas" como condição para a derrocada do regime, mas essas ressalvas conhecemos por experiência própria. A VAR, o PCBR, não queriam ligar a luta armada à luta de massas? E o ERP da Argentina, não usa hoje a mesma linguagem? Acredito pessoalmente que os quadros mais antigos, que já passaram por uma experiência militarista, sejam mais ponderados. O mesmo certamente não se dará com a maioria dos recrutas novos, que ingressaram na última fase da UP e cuja "impaciência revolucionária" é alimentada por tais formulações. Além disso, não devemos esquecer o fator da composição social do MIR. Movimento saído da classe média radical, das universidades, cuja base de massas eram *pobladores* e *mapuches*, encontram-se relativamente poucos operários industriais nas suas fileiras. O que reflete a pouca penetração do MIR na classe operária, fenômeno que começou a ser superado na última fase da UP. Hoje, depois da debandada da política reformista, seria a hora do MIR colher os frutos da sua atividade anterior e desafiar a liderança reformista na classe. Parece que não se sentiu em condições. Deixou essa atividade revolucionária conseqüente para "depois" e dedicou-se à "frente mais ampla possível" - à acumulação de forças quantitativas. Todavia, o nosso julgamento da atual linha, não deve ser projetado em definitivo sobre a organização toda. Resta saber se essa orientação será definitiva, ou se as tradições revolucionárias presentes no seio dela se revelarão bastante fortes para levar a uma retificação. Em todo caso, o MIR ainda tem de provar na prática, se será a vanguarda revolucionária do proletariado chileno sob a ditadura militar.

A propósito das "conclusões"

É nas "conclusões" do seu trabalho, que RV entra de fato no cerne da questão e explica não só o estilo estranho da sua resposta, como também os seus motivos.

"Ao escrever a resposta ao companheiro ES - diz ele - ainda não se haviam ressaltado todas nossas divergências acerca da tática atual para o Brasil e da própria concepção da tática. Estava em meio da redação final da resposta quando toda a discussão se acelerou e se precipitou, esclarecendo inúmeros aspectos antes apenas vislumbrados".

Os motivos reais, antes não mencionados, consistem na defesa de uma "tática" de luta democrática no Brasil. Não pudemos, neste lugar, entrar numa discussão sobre a situação brasileira, porque RV não argumentou a respeito. Preferiu levantar o "exemplo" do MIR para abrir caminho. RV, todavia, merece uma retificação, quando afirma que "toda discussão se acelerou..." A discussão não se acelerou, pois não houve discussão. Fora a "resposta" a minha carta, escrita mais de meio ano depois, RV não apresentou nenhum documento de discussão sobre o problema das lutas democráticas no Brasil e soube evitar igualmente todos os debates verbais. O que se deu de fato foi uma tentativa sua de introduzir a discutida "tática" pela porta traseira - tentando criar um fato consumado.

Para poder aproveitar o exemplo do MIR nessa "discussão" sobre a linha a seguir em casa, RV joga com os diversos recursos. Aponta-nos o MIR como exemplo em todos os sentidos, em virtude do papel que desempenhou, do destaque que teve e, principalmente, como o de um "núcleo de coesão forjado numa prática profissional, de modo que nós não logramos no Brasil".

É verdade que o MIR era mais forte do que nós somos e que dispunha de um campo de

trabalho muito mais vasto do que dispomos, no passado como no presente. Mas o que o companheiro pretende esquecer, é que toda a luta de classes no Chile tinha outras proporções, do que entre nós. O PC era mais forte, sem falar do PS e os sindicatos operários eram realmente sindicatos operários, que organizavam a classe. O próprio proletariado chileno estava incomparavelmente mais avançado no caminho da formação da classe para si do que o brasileiro. O papel que o MIR pode desempenhar correspondia ao nível das lutas de classe no Chile — embora ainda não correspondesse às suas necessidades.

Acha o companheiro RV que temos de aprender algo com o MIR. Concordamos plenamente. Temos de aprender com o MIR e com a experiência chilena em geral, pois indica algo sobre futuros problemas, que teremos que enfrentar. Mas nós estamos acostumados a aprender como marxistas, isto é, criticamente, método que já comprovamos no passado quando procuramos aprender com a Revolução Cubana. Mas, se RV, em vez de nos apresentar uma apologia da luta democrática (que não foi tática do MIR durante a UP e que surgiu na derrota) nos tivesse fornecido o relatório das experiências das atividades do MIR nas fábricas e sindicatos e do enfrentamento dos problemas diários da luta proletária, que prometera há mais de um ano, teria de fato facilitado a nossa aprendizagem. E se o companheiro continuar realmente interessado que essas experiências sejam aproveitadas no Brasil, não é tarde demais para cumprir a promessa e poderá ter certeza que o assunto será discutido com todo o carinho.

Finalmente o companheiro usa um estranho argumento. Diz que, se as imprecisões do MIR constituíssem desvios já superados por nós, "poderíamos talvez assumir essa intransigência assumida pelo companheiro EM". Mas como nós mesmos caímos em diversos e seguidos desvios e "não realizamos uma efetiva autocrítica que localiza as fontes", o próprio tom da crítica é descabido. Se o adotarmos, o destino que nos espera é o mesmo que guiou as várias seitas trotskistas e maoístas.

É mais um equívoco de RV. O único momento em que o grupo em questão esteve realmente ameaçado de se transformar numa seita foi em seguida à cisão de 1969/70. Entretanto, fez autocrítica de esforço próprio, no campo teórico, e continua a fazê-la na prática. Mas, um dos responsáveis por essa fase, o companheiro RV, nunca fez autocrítica. Preferiu "deixar em silêncio as questões candentes" e se dedicou às lutas democráticas.

No que diz respeito às minhas críticas ao MIR, isto é, a linha política do MIR depois do golpe, inicialmente não visou mais do que uma crítica entre companheiros, exposta numa carta a um companheiro. O que está sem cabimento e que não convence, são as queixas e as indignações de RV, pois foi ele quem trouxe o assunto a público. O fez com determinadas intenções e que não se queixe se falhou. Uma vez o problema levantado em público, temos de deixar claro que não se trata de "imprecisões" nem de "divergências de tática", mas de questões fundamentais de uma política comunista, tal como nos foi legado da época leninista. Esse acervo doutrinário foi o que ajudou a manter a nossa continuidade durante mais de uma década de luta clandestina, apesar de erros e desvios de comunistas, que se revelaram capazes de retificá-los.

A aventura da "luta democrática", que agora nos está sendo aconselhada, não representa alternativa para nós. Trata-se de um simples abandono de posições. E se RV conhecesse um pouco melhor a história do movimento operário, não teria usado fórmulas tão gastas como "a superação do doutrinário!" É sob esta bandeira que todas as gerações de reformistas atacaram o marxismo revolucionário. Nós não podemos agir diferente dos nossos antecessores, quando defenderam a doutrina. E, aliás, aí estamos em boa companhia.

"Onde a consonância com o processo da evolução sócio-econômica é o único e o mais alto critério de uma doutrina, não pode haver dogmatismo; quando a tarefa consiste no fomento da organização do proletariado, quando conseqüentemente, o papel da "inteligência" consiste em tornar supérflua a existência de dirigentes intelectuais especiais, não pode haver sectarismo".

(Lênin, Quem são os Amigos do Povo e como combatem os social-democratas).

POST-SCRIPTUM

Desde que o presente trabalho foi redigido e posto em circulação restrita, Raul Villa produziu novos documentos nos quais procura justificar suas novas posições. Responderemos em outra ocasião aos novos argumentos, na medida em que conservem atualidade. No momento queremos constatar:

- 1) Raul Villa continua a basear a sua argumentação principal em textos de Lênin, da época da revolução burguesa russa, no intuito de provar que a luta pelos "direitos democráticos" faz parte da tática leninista. Assim cita, por exemplo, do "Que fazer?", do capítulo "A classe operária, combatente de vanguarda pela democracia", referência de Lênin às "tarefas democráticas do conjunto de toda social-democracia em geral e da social-democracia russa atual em particular".

Assistimos aqui um exemplo flagrante daquilo que Lênin chamava de "jogar a palavra de Marx contra o conteúdo do marxismo". Será que leninismo implica em substituir "absolutismo russo" por "ditadura militar brasileira", para encontrar tática justa? Será que não se passou nada neste mundo entre 1902 e hoje, de modo que possamos substituir tranquilamente a continuação e o desenvolvimento do método leninista por citações da época?

Lênin falava das tarefas "da social-democracia russa atual em particular" (grifos meus/EM), evidentemente por se tratar do exemplo clássico da necessidade de uma revolução burguesa na Europa de então. Trata-se evidentemente de um caso em que o estabelecimento de uma democracia burguesa significava ainda um progresso histórico, em relação às estruturas absolutistas e semi-feudais. Lênin não deixou dúvidas, entre outros em "Duas Tácticas..." que o resultado da vitória da revolução de 1905 seria uma Rússia capitalista e que o socialismo ainda não estava na ordem do dia. O problema existia ainda, se bem que de forma diferente, para a maioria dos países europeus (sem falar do resto do mundo), que passaram por tentativas derrotadas de revolução burguesa, como em 1848. Mas mesmo nos poucos países, onde a revolução burguesa podia ser considerada fato consumado, como na Inglaterra e na França, por exemplo, o proletariado ainda não podia colocar o problema do poder, o problema da revolução socialista. Também nesses países o proletariado tinha de limitar a sua luta a reformas, a direitos democráticos, que a classe dominante lhe negava. E foi por isso mesmo que os revolucionários daquela época podiam ser social-democratas, estando nos mesmos partidos e na mesma Internacional com os oportunistas da direita e do centro. Apesar de todas as divergências, que já existiam, ainda havia tarefas fundamentais em comum.

É preciso poder ignorar muita coisa, para partir de premissas tão simples, como Raul Villa. É preciso poder ignorar todo um desenvolvimento histórico, desde a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro na Rússia, a fundação da Internacional Comunista e o início da elaboração de uma estratégia global de luta pela revolução mundial, até a experiência da contra-revolução internacional e do fascismo. Mas, se Raul Villa não for muito dado ao estudo histórico das lutas de classes, pelo menos poderia dedicar-se a uma experiência viva, ao caso de Portugal, onde as plataformas democráticas (a bandeira democrática) e, inclusive a Constituinte (defendida tão ardentemente no programa de ação do MIR) se tornaram as armas mais poderosas da reação.

- 2) No decorrer dos seus estudos de Lênin, Raul Villa descobriu a importância fundamental da tática justa para o "momento concreto". Isso em si já seria um progresso considerável para o companheiro Villa, levando em conta a "tática"

que defendeu em momentos concretos, como de 1970 em diante. Ele, todavia, não cai na tentação de tirar essas conclusões. Usa essa "descoberta" unicamente para defender a sua plataforma democrática. Acusa-me de partirmos de princípios gerais "doutrinários", escamoteando o presente no Brasil.

Realmente, não é a nós, que essa acusação deveria ser dirigida. Se cada momento concreto exige uma tática apropriada, porque então a insistência em querer generalizar a tática da revolução burguesa russa, que nasceu em condições completamente diferentes às nossas? Não queremos, porem, devolver a acusação. Não achamos Raul Villa "doutrinário". Teve, sim, um desvio para o dogmatismo, querendo elevar uma tática concreta, produto de situação concreta, a um dogma. Mas também não o acusamos de dogmatismo, propriamente dito. Trata-se simplesmente de mais um desses pequenos recursos, que usa para justificar a sua presente linha democrática. O fim justifica os meios.

- 3) Mas, quando Raul Villa pretende torna-se "doutrinário", no sentido de expor uma doutrina de luta, como acontece nas suas "Notas sobre a questão da tática", em "Brasil Socialista" Nº. 3¹, ele se sai de maneira deveras infeliz. Alegando uma exposição das noções de "estratégia" e "tática" nas obras de Lênin, nem chegou a perceber no decorrer dos seus "estudos", que o revolucionário russo não empregava o termo "estratégia" na sua obra, a não ser nos últimos dias de sua vida, principalmente nas resoluções redigidas para a Internacional Comunista. Se Raul Villa estivesse realmente empenhado em estudar Lênin e não se limitando a catar citações de "apoio" à sua linha atual, não teria contado que *"nos textos de Lênin, vemos o emprego dos dois termos de modo quase indiferente, tudo dependendo da dimensão segundo a qual ele trata do problema"*.

É só levando em conta que o termo "estratégia" entrou muito tarde no vocabulário de Lênin, que se compreende que este tenha intitulado a sua conhecida obra de "Duas táticas da social-democracia na Revolução democrático-burguesa". Pois, pelas categorias usadas hoje, tratava-se de duas estratégias, que separavam bolcheviques e mencheviques. Enquanto aqueles viam na classe operária a força hegemônica, que deveria levar avante a revolução burguesa contra a burguesia hesitante, os mencheviques achavam que na revolução burguesa a hegemonia cabia à burguesia (aos liberais), que devia ser apoiada pelo proletariado.

Esses problemas, entretanto, não interessam realmente a Raul Villa. Só estorvariam o seu esforço de apresentar a linha democrática como "tática".

- 4) Finalmente, temos de constatar que Raul Villa, também na sua última produção literária, não nos disse ainda em que consiste realmente a sua luta por "liberdades democráticas" no Brasil, no momento atual. Quais as implicações dessa "tática", o que se esconde por trás dessa fórmula vaga?

Tomemos, por exemplo, um caso palpitante: qual a situação frente às eleições? Para os aliados mais próximos de Raul Villa, a AP e o MR-8, que defendem linha política idêntica na questão, a "luta pelos direitos democráticos" implicou na abandono do voto nulo nas últimas eleições e no apoio de candidatos burgueses na chapa do MDB. A AP por intermédio de um documento publicado no "Brasil Socialista" Nº. 2 procura fundamentar a sua mudança de linha, ligando especialmente a luta democrática ao voto. Justifica isso teoricamente pela necessidade do proletariado fazer alianças com a

¹ "Brasil Socialista" foi uma revista editada no exterior nos anos de 1975/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML, Polop e outras, que se encontravam na França. O projeto inicial visava a formação de uma "Tendência Proletária" a partir da aproximação dessas organizações, mas a publicação desenvolveu-se no sentido da defesa das propostas de "luta democrática", contrariamente ao posicionamento da Polop. A revista entrava clandestinamente no Brasil, passando a influenciar o movimento de luta pelas liberdades democráticas.

pequena burguesia, mesmo quando não tiver a hegemonia dentro dessa "frente maior". Supomos que o MR-8 não divirja essencialmente dessa posição, da qual não se distanciou e que acompanha na prática. Raul Villa, por sua vez, passa por cima desse problema, que evidentemente não representa mais mera "questão de tática" e que implica no abandono prático de uma política independente para a classe operária. É verdade que em circulo restrito manifestou a sua "dúvida" sobre a justeza do voto nulo, mas em público se omite. Por que companheiro Raul Villa? Não se deve chocar os companheiros do Interior com doses cavalares?

1977

Ernesto Martins

(Publicado originalmente na Revista "Marxismo Militante Exterior" Nº. 1, outubro de 1975. Circulou logo após no Brasil em edição mimeografada; republicado na Rev. Marxismo Militante Nº. 4 edição brasileira, junho de 1977 e na coletânea "A Transição para o Poder na Tradição Marxista", CEPAS, Salvador-BA, outubro de 1989. Digitalizado em 2007 com base na versão da MM 4. As notas são do Editor).